quim Antonio Feiteira da Silva, e não José Antonio Feiteira da Silva, como foi publicado.

O posto do registo civil com sede na Lagoa, pertence á freguesia da Varzea Cova, concelho de Fafe, e não freguesia de Villa Cova, como foi publicado, e ficando constituido pelas freguesias da Varzea Cova, Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedrahido.

O posto da Feira, do mesmo concelho, é constituido pela freguesia de Moreira e pelos logares de S. Paio, Herdade e Veigas, da freguesia de Ribeiros.

Declara-se que o ajudante interino do posto do registo civil de Samouco, concelho de Alcochete, é José Estevam Rodello e não José Estevam Rebello, como foi publicado.

Ao posto do registo civil criado na freguesia de Beringel, do concelho de Beja, fica anexada a freguesia de S. Brissos, do mesmo concelho.

Ao posto do registo civil da freguesia de Pereira, concelho de Montemor-o-Velho, pertence tambem a freguesia de Santo Varão, do mesmo concelho.

Ao posto do registo civil da freguesia de Verride, ainda d'aquelle concelho de Montemor-o-Velho, ficam pertencendo as freguesias de Revelles e de Villa Nova da Barca, do mesmo concelho.

Direcção Geral da Justiça, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *Germano Martins*.

1.ª Repartição

Despachos effectuados na data seguinte

Abril 17

Antonio Julio Machado e Joaquim Lopes de Azevedo — nomeados, respectivamente, juiz de paz e seu substituto do districto de Sernancelhe, comarca de Moimenta da Beira.

João Joaquim Loureiro e Camillo Augusto Ferreira — nomeados, respectivamente, juiz de paz e seu substituto do districto de Fonte Arcada, comarca de Moimenta da Beira.

Licença

Bacharel Antonio de Oliveira e Castro, delegado do procurador da Republica na comarca de Leiria — trinta dias de licença, por motivo de doença. (Tem a pagar o respectivo emolumento).

2.ª Repartição

Abril 17

Portaria encarregando o medico Dr. José da Costa Nery de, em missão gratuita de serviço publico, estudar no estrangeiro os regimes prisionaes actualmente em vigor, apresentando com urgencia o seu relatório a este Ministerio.

Direcção Geral da Justiça, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *Germano Martins*.

Direcção Geral dos Negocios Ecclesiasticos

1.ª Repartição

Despacho

Presbytero José Joaquim de Senna Freitas, conego da Sé Patriarchal de Lisboa — destituido das respectivas funcções, por abandono do logar, na parte que respeita ao Estado.

Secretaria do Ministerio da Justiça, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, interino, *Alberto Telles da Utra Machado*.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

1.ª Repartição

Por decretos de 11 do corrente mês, visto do Tribunal de Contas em 12:

Bacharel José Coelho da Mota Prego, juiz de direito de 1.ª classe — confirmada interinamente a sua nomeação para nos termos da alinea a) do § 3.º do artigo 2.º do decreto de 3 do corrente mês exercer em commissão o logar de juiz das execuções fiscaes do 1.º districto fiscal de Lisboa.

Bacharel José Henriques de Castro e Solla — idem, idem, idem, da cidade do Porto.

Bacharel José de Assis Coelho — confirmada a sua nomeação para nos termos da alinea a) do § 3.º do artigo 2.º do decreto de 3 do corrente mês, exercer em commissão o logar de agente do Ministerio Publico, delegado do procurador da Republica, junto do juizo das execuções fiscaes dos dois districtos fiscaes de Lisboa.

Bacharel Manuel Maria da França — confirmada interinamente a sua nomeação para nos termos da alinea a) do § 3.º do artigo 2.º do decreto de 3 do corrente mês, exercer em commissão o logar de agente do Ministerio Publico, delegado do procurador da Republica junto do juizo das execuções fiscaes da cidade do Porto.

Isidoro de Sampaio Pereira de Andrade, escrivão de fazenda de 4.ª classe, servindo no concelho de Mortagua — collocado fora do quadro, e nomeado por conveniencia urgente do serviço publico para exercer em commissão, nos termos da alinea b) do § 3.º do artigo 2.º do decreto de 3 do corrente mês, o logar de escrivão das execuções fiscaes do 1.º bairro de Lisboa, 1.º districto fiscal.

José Antonio Mendes Correia, escrivão de fazenda de 2.ª classe, servindo no concelho de Alijó — collocado fora do quadro, e nomeado, por conveniencia urgente do serviço publico, para exercer em commissão, nos termos da alinea b) do § 3.º do artigo 2.º do decreto de 3 do corrente mês, o logar de escrivão das execuções fiscaes do 3.º bairro de Lisboa, 1.º districto fiscal.

Aristides Vaz de Albuquerque, terceiro official da Repartição de Fazenda do districto do Porto — nomeado, precedendo concurso, escrivão de fazenda de 3.ª classe, collocado fora do quadro, e nomeado, por conveniencia urgente do serviço publico, para exercer em commissão, nos termos da alinea b) do § 3.º do artigo 2.º do decreto de 3 do corrente mês, o logar de escrivão das execuções fiscaes do 4.º bairro de Lisboa, 1.º districto fiscal.

João Fortunato da Rocha, escrivão de fazenda de 4.ª classe servindo no concelho de Seixal — idem, idem, idem, o logar de escrivão das execuções fiscaes do 2.º bairro da cidade do Porto.

Tito Livio Murias, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do districto do Porto — collocado fora do quadro e nomeado, por conveniencia urgente do serviço publico, para exercer em commissão, nos termos da alinea d) do § 3.º do artigo 2.º do decreto de 3 do corrente mês, o logar de contador do juizo das execuções fiscaes do 1.º bairro de Lisboa, 1.º districto fiscal.

Artur Augusto Bigotte de Carvalho, segundo official da Repartição de Fazenda do districto de Portalegre — idem, idem, idem, o logar de contador do juizo das execuções fiscaes do 2.º bairro de Lisboa, 1.º districto fiscal.

Januario de Oliveira Lourenço, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do 4.º bairro de Lisboa — idem, idem, idem, o logar de contador do juizo das execuções fiscaes do 3.º bairro de Lisboa, 1.º districto fiscal.

João Correia de Oliveira, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Castro Daire — promovido, por concurso, a primeiro aspirante, collocado fora do quadro e nomeado, por conveniencia urgente de serviço publico, idem, idem, o logar de contador do juizo das execuções fiscaes do 4.º bairro de Lisboa, 2.º districto fiscal.

Acacio da Costa Teixeira, terceiro official da Repartição de Fazenda do districto do Porto — collocado fora do quadro e nomeado, por conveniencia urgente do serviço publico, para exercer, em commissão, idem, idem, o logar de contador do juizo das execuções fiscaes do 1.º bairro da cidade do Porto.

Arnaldo Alexandre dos Santos Nogueira, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do 4.º bairro de Lisboa — idem, idem, idem, o logar de escrivão supplente das execuções fiscaes do 1.º bairro de Lisboa, 1.º districto fiscal.

Antonio Joaquim Saraiva Sadio, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Ponte do Sor — idem, idem, idem, idem.

José dos Santos Barreiros — nomeado, precedendo concurso, segundo aspirante de fazenda — collocado fora do quadro e nomeado idem, idem, idem, idem.

Manuel José de Medeiros — nomeado, precedendo concurso, segundo aspirante de fazenda — collocado fora do quadro e nomeado, idem, idem, para o juizo do 2.º bairro de Lisboa.

Raul Eugenio Carvalho de Sousa, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Almada — collocado fora do quadro, idem, idem, idem.

João da Camara Menezes Alves, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do 2.º bairro de Lisboa — idem, idem, idem, para o juizo do 3.º bairro de Lisboa.

José Pedro Celestino Bastos, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Loures — idem, idem, idem.

Joaquim Marques da Costa — nomeado, precedendo concurso, segundo aspirante de fazenda, collocado fora do quadro e nomeado idem, idem, idem.

Manuel José da Costa, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Aldeia Gallega — idem, idem, idem, do juizo do 4.º bairro de Lisboa.

Eugenio João de Freitas, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Cascaes — idem, idem, idem.

Miguel Navarro de Andrade, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Penedono — idem, idem, idem, do 1.º bairro do Porto.

Miguel Correia, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Grandola — idem idem, idem, idem.

José Vieira Ramos, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Cascaes — idem, idem, idem, idem.

Camillo da Costa Araujo, segundo aspirante da Repartição de fazenda do concelho de Sousel — idem, idem, idem, idem.

Mamede Augusto Arvellos Formozinho — nomeado, nos termos da alinea f) do § 3.º do artigo 2.º do decreto de 3 do corrente mês, para o logar de official de diligencias do juizo das execuções fiscaes do 1.º bairro de Lisboa, 1.º districto fiscal.

Gonçalo Antonio Casimiro — idem, idem, idem, idem.

Artur Lopes de Abreu Castello — idem, idem, idem, idem.

Antero Urban Allegro — idem, idem, idem, do 2.º bairro de Lisboa.

João Nepomuceno Paixão — idem, idem, idem, idem.

Bernardo Antonio da Silva — idem, idem, idem, idem.

Acacio de Macedo — idem, idem, idem do 3.º bairro de Lisboa.

Guilherme Estevam da Rocha — idem, idem, idem, idem.

Jeronimo Marciano da Silveira Paiva — idem, idem, idem, idem.

Albano Eduardo da Silva Serra — idem, idem, idem para o 4.º bairro de Lisboa.

Alvaro de Brito Rebello Reis — idem, idem, idem, idem.

José Seixas Santos — idem, idem, idem, idem.

Eduardo Alberto, Profirio Correia — idem, idem, idem, do 1.º bairro do Porto.

José Carlos de Oliveira Orvalho — idem, idem, idem, idem.

Pedro Inacio de Almeida — idem, idem, idem, idem.

Amilcar Augusto Nunes da Silva — idem, idem, idem, do 2.º bairro do Porto.

Antonio dos Santos — idem, idem, idem, idem.

Artur Ernesto de Jesus — idem, idem, idem, idem.

Augusto Eliseu dos Santos, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do districto de Santarem — declarado sem effeito o decreto de 11 de fevereiro ultimo, que o transferiu para identico logar na do districto de Bragança.

Anibal da Cruz, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do districto de Castello Branco — transferido para identico logar na de Bragança, vago por ter sido declarado sem effeito o decreto que transferiu para esta Repartição o primeiro aspirante Augusto Eliseu dos Santos.

Francisco de Paula Faria Azevedo Junior, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Villa Franca de Xira — transferido para identico logar na do districto de Castello Branco, vago pela transferencia de Anibal da Cruz.

Carolino Manuel Rodrigues, primeiro aspirante de fazenda — declarado sem effeito o decreto de 11 de fevereiro que o collocou na Repartição de Fazenda do districto de Santarem e collocando-o no concelho de Villa Franca de Xira, no logar vago pela transferencia de Francisco de Paula Faria Azevedo Junior.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *Julio Maria Baptista*.

MINISTERIO DA GUERRA

1.ª Direcção

1.ª Repartição

Por deliberação do Conselho de Ministros o Governo Provisorio da Republica Portuguesa ha por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo unico. É demittido de official do exercito o capitão de artilharia Henrique Mitchell Paiva de Couceiro.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 17 de abril de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Manuel de Brito Camacho*.

4.ª Direcção

2.ª Repartição

Tornando-se necessario proceder á expropriação de uma levada existente nos terrenos da Fabrica da Polvora de Barcarena, e bem assim á de 2:880 metros quadrados de terreno adjacente e confinante com a dita Fabrica, fazendo parte da propriedade denominada Ribeira Abaixo ou Ribeira Acima, situada na freguesia de S. Pedro de Barcarena, concelho de Oeiras e districto de Lisboa, pertencente uma e outro a D. Maria dos Anjos Amaral Buttler e constante da planta parcelar que fica junta a este decreto: hei por bem decretar, em harmonia com o disposto na carta de lei de 11 de setembro de 1890, de utilidade publica e urgente, a expropriação da indicada levada e terreno.

Paços do Governo da Republica, em 15 de abril de 1911. — O Ministro da Guerra, *Antonio Xavier Correia Barreto*.

Direcção Geral

2.ª Repartição

Joana do Espirito Santo, viuva, requer por si e por seus filhos menores, de quem é administradora, o vencimento deixado na Fazenda por seu fallecido marido José do Nascimento, soldado que foi n.º 158/4:346 da 5.ª companhia da circunscrição do norte da guarda fiscal.

Esta pretensão será definitivamente resolvida se findar sem impugnação o prazo de trinta dias de editos a contar da publicação do presente annuncio.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Administração dos Serviços Fabris

Sendo presente ao Governo Provisorio da Republica Portuguesa a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acerca do recurso n.º 13:473, em que é recorrente Joaquim Soares Franco e recorrido o antigo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar: Mostra-se que, tendo o Conselho da Administração dos

Serviços Fabris aberto praça em 30 de maio de 1910 para arrematação de varios artigos destinados á laboração da Fabrica Nacional de Cordoaria, no anno economico de 1910-1911, appareceram varias propostas, e, entre ellas, uma de Joaquim Soares Franco, para fornecimento de linho, cairo, pita e alcatrão, que foi excluida, porque o representante do proponente não provou que este era negociante da especialidade dos artigos a que se referia a proposta, sendo certo que alguns dos concorrentes contestaram essa qualidade ao proponente Joaquim Soares Franco, a fl. 16;

Mostra-se que, protestando o concorrente Soares Franco contra a exclusão, visto o artigo 6.º do caderno de encargos admitir propostas de commerciantes estabelecidos a fl. 20, o conselho manteve a exclusão: a) porque o concorrente não provou que era commerciante estabelecido; o carimbo do envolvero da proposta apenas tem o nome e morada do proponente, sem indicação de estabelecimento de qualquer commercio, escritorio de commissões ou consignações; b) porque não cumpriu o preceituado no § unico do mesmo artigo 6.º autenticando com testemunhas a sua capacidade commercial, a fl. 16 e 17;

Mostra-se que, nos termos do § 2.º do artigo 94.º do regulamento de 27 de junho de 1907, recorreu, em 1 de junho de 1910, da decisão do conselho para o antigo Ministro dos Negocios da Marinha e Ultramar allegando:

— que satisfaz ás condições exigidas nas clausulas do concurso;

— que exerce o commercio da especialidade a que concorreu, e dos respectivos materiaes tem deposito no Barreiro, encontrando se installado o escritorio na Rua do Corpo Santo n.º 50, 1.º;

— que prova este asserto com o conhecimento da licença, que, em 13 de maio, a Camara Municipal de Lisboa lhe concedeu para ter o seu estabelecimento aberto até 30 de junho de 1910 a fl. 24, e com as declarações de fl. 25 a 28, que provam o exercicio do commercio, dos artigos a que concorreu, sendo notavel que até com a propria Cordoaria Nacional negociou, por contrato particular, em alcatrão a fl. 21-22;

Mostra-se que o Conselho de Administração dos serviços fabris informa:

— que a licença da Camara Municipal de Lisboa, dada de 13 de maio de 1910 e que terminou em 30 de junho, referindo-se á agencia commercial, sem designação de especialidade, como os attestados, cujo valor é diminuto, attenta a sua origem e a forma da sua redacção, não fundamentam o pedido do recorrente;

— que, por informação directa do proprio recorrente, o proponente Joaquim Soares Franco acha-se estabelecido desde maio de 1910, e, por informações obtidas é pouco conhecido na praça;

— que parece não offerecer as garantias necessarias para o fornecimento da principal materia prima, na importancia aproximada de 25:000\$000 réis, necessaria para a laboração da cordoaria a fl. 22 e 23;

Mostra-se que com esta informação se conformou o antigo Ministro da Marinha e Ultramar por despacho de 8 de junho de 1910 a fl. 21; e d'este despacho que foi comunicado ao interessado em officio de 16 do mesmo mês e anno, interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, em 20 d'esse mês;

O que tudo visto e ponderado;

Ouvido o antigo Ministro dos Negocios da Marinha e Ultramar, e a promoção do Ministerio Publico:

Considerando que as partes são legitimas e os proprios que estão em juizo, e que neste recurso interposto no prazo legal, foi empregado o processo competente;

Considerando que não está provado no processo que o despacho recorrido de 8 de junho de 1910, que confirmou a exclusão do concorrente Joaquim Soares Franco, violou lei ou regulamento, offendeu quaesquer direitos adquiridos, ou traduziu incompetencia ou excesso de poder (lei de 9 de setembro de 1908, artigo 89.º-*tres*): a) porque o Ministro recorrido tinha competencia para proferir o despacho de 8 de junho de 1910 (regulamento de 27 de junho de 1910, artigo 94.º, § 2.º); b) porque o Conselho da Administração dos Serviços Fabris tinha competencia para julgar da idoneidade dos concorrentes e excluir da praça os que não dessem garantias (regulamento citado, artigo 94.º); c) porque, consequentemente, não houve offensa de direitos adquiridos;

Hei por bem, conformando-me com a presente consulta, denegar provimento no recurso interposto por Joaquim Soares Franco, em 20 de junho de 1910, e confirmar para todos os effeitos o despacho de 8 de junho do mesmo anno que confirmou a exclusão do recorrente da praça celebrada em 30 de maio do mesmo anno de 1910.

O Ministro da Marinha e Colonias assim o faça imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 15 de abril de 1911. — *Amaro de Azevedo Gomes*.

Direcção Geral de Marinha

3.ª Repartição

Por portaria de 7 do corrente:

Joaquim Germano — nomeado faroleiro auxiliar. (Tem o visto do Tribunal de Contas).

Direcção Geral da Marinha, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

1.ª Secção

Despachos effectuados na data abaixo indicada

Por decretos de 15 do corrente mês:

Duarte Egas Pinto Coelho, tenente-medico — exonerado do cargo de Intendente dos Negocios Indigenas e de Emigração na provincia de Moçambique.

Agostinho Candido Loureiro — exonerado do lugar de director da Imprensa Nacional da provincia de Moçambique.

Por portarias de 15 do corrente mês:

Antonio Cardoso de Oliveira — confirmado no lugar de continuo da Intendencia dos Negocios Indigenas e de Emigração na provincia de Moçambique.

Eduardo Ferreira da Conceição, funcionario do 1.º grau do quadro administrativo da provincia de Moçambique e amanuense da circumscrição de Inharrime — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias que, em sua sessão de 13 do corrente mês, lhe arbitrou sessenta dias de licença, para continuar o tratamento. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e addicionaes).

Joaquim Augusto de Matos Caeiro, amanuense da fiscalização de emigração em Ressano Garcia na provincia de Moçambique — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias que, em sua sessão de 13 do corrente mês, lhe arbitrou noventa dias de licença para se tratar. (Idem).

2.ª Secção

Por decreto de 15 do corrente:

Zoivontá Sinay Carapurcar, attendendo ás informações a seu respeito dadas pelo governador geral da India portuguesa e pelo presidente da Relação de Nova Goa — nomeado escrivão do primeiro officio da comarca de Salsete.

Direcção Geral das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

2.ª Repartição

2.ª Secção

Attendendo ao que lhe representou o governador de Cabo Verde, com fundamento na conveniencia e oportunidade de criar as possiveis facilidades a toda a iniciativa tendente a promover o fomento agricola e industrial d'aquella provincia, para o que muito poderá concorrer o desenvolvimento dos meios de transporte;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os automoveis completos, com ou sem vehiculos, destinados a serem rebocados pelo carro motor, que forem importados pelas alfandegas da provincia de Cabo Verde, pagarão 30\$000 réis de direitos.

§ unico. As peças separadas para renovação de automoveis já existentes na provincia são isentas de direitos.

Art. 2.º É fixado em 5 por cento *ad valorem* o direito da gazolina que, pelas mesmas alfandegas, houver de ser importada para combustivel dos automoveis.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 25 de março de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga = Antonio José de Almeida = Bernardino Machado = José Relvas = Antonio Xavier Correia Barreto = Amaro de Azevedo Gomes = Manuel de Brito Camacho*.

Sendo de reconhecida conveniencia e vantagem facilitar a entrada na provincia de Moçambique de carros especialmente destinados ao transporte de carga, modificando neste sentido o disposto no decreto com força de lei de 26 de novembro de 1903;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É alterada, com relação á provincia de Moçambique, a especificação do artigo 2.º do decreto com força de lei de 26 de novembro de 1903, ficando estabelecido:

1.º Que os automoveis incompletos (rodados com motor) pagarão o direito de importação de 70\$000 réis;

2.º Que os automoveis completos, destinados ao transporte de pessoas, pagarão de direitos de importação, seja qual for a procedencia, 120\$000 réis;

3.º Que os carros automotores destinados ao transporte de carga, seja qual for a procedencia, pagarão de direitos de importação 30\$000 réis;

Art. 2.º A gazolina, importada para combustivel de automoveis e carros automotores, pagará, como producto chimico não especificado, a taxa fixada nas respectivas tabellas pautaes para as mercadorias não especificadas.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Repu-

blica, em 15 de abril de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga = Antonio José de Almeida = Affonso Costa = José Relvas = Antonio Xavier Correia Barreto = Amaro de Azevedo Gomes = Bernardino Machado = Manuel de Brito Camacho*.

Despacho effectuado na data abaixo indicada

Em portaria de 15 do corrente:

Francisco Domingos Cravo, guarda fiscal de 1.ª classe do serviço aduaneiro do districto do Congo — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias, arbitrando-lhe noventa dias de licença para se tratar. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e addicionaes).

Direcção Geral das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

3.ª Secção

Em portaria de 17 do corrente:

Eduardo Rodrigues, escrivão da capitania dos portos da provincia de Angola — aposentado com a pensão annual de 360\$000 réis, correspondente á totalidade do respectivo ordenado de categoria, nos termos do n.º 4.º do artigo 1.º do § 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 25.º do decreto de 20 de setembro de 1906.

Direcção Geral das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

5.ª Repartição

Tendo a doença do somno, na Ilha do Principe, adquirido nos ultimos annos um tal desenvolvimento que está dificultando a colonização e comprometendo gravemente a vida economica d'aquella colonia;

Sendo muito avultado o numero de serviços atacados por esta doença e consideravelmente elevada a mortalidade que ella determina;

Resultando d'esta deploravel situação sanitaria importantes prejuizos de ordem moral e material que ao Governo cumpre supprimir ou pelo menos reduzir a proporções compatíveis com o regime de trabalho agricola a que está intimamente ligada a prosperidade da referida Ilha;

Tendo a sciencia deduzido da etiologia da doença do somno os meios apropriados de a combater e estando indicadas pela missão portugueza que estudou a hypnose na Ilha do Principe as providencias locais que mais convem pôr em pratica para libertar esta colonia de tão dura condição;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É obrigatorio o exame medico, no porto de embarque, de todos os serviços que se destinem á Ilha do Principe, para se verificar se estão affectados de trypanosomiase.

§ 1.º O embarque somente será permittido áquelles em que o exame der resultado negativo, devendo a autoridade sanitaria entregar-lhes um certificado, pelo qual provem que não estão atacados de doença do somno.

§ 2.º Nenhum serviço poderá desembarcar na Ilha do Principe, sem que apresente o certificado a que se refere o paragrapho anterior.

§ 3.º O exame medico de que trata este artigo, repetir-se-ha na occasião do desembarque, sempre que a autoridade sanitaria o julgue necessario como rigor de precaução ou por impossibilidade de identificação dos serviços.

Art. 2.º Não é permittida a saída de serviços da Ilha do Principe, sem previa inspecção da autoridade sanitaria, que prohibirá o seu embarque em livre transito aos que estiverem affectados de trypanosomiase.

Art. 3.º Todos os serviços existentes na Ilha do Principe, sejam quaes forem os serviços que desempenhem, serão submettidos methodicamente, por periodos não superiores a noventa dias, a um exame medico rigoroso, para se reconhecer se estão atacados da doença do somno.

§ 1.º Os serviços que estiverem no primeiro periodo da doença poderão continuar a trabalhar, se a autoridade sanitaria, por meio de apropriado tratamento, reconhecer que elles não constituem perigosos reservatorios de virus.

§ 2.º Os serviços que por causa do avançado grau da doença não possam trabalhar, e os que, apesar do tratamento prophylactico indicado no paragrapho antecedente, se não tornem inoffensivos sob o ponto de vista da transmissão da hypnose, serão sequestrados em lugar apropriado, que as autoridades locais escolherão, fora da area das glossinas, para receberem o conveniente tratamento.

Art. 4.º São obrigados a submeter-se ás imposições prophylacticas da autoridade sanitaria todos os individuos não serviços, seja qual for a sua condição social, que estejam affectados de doença do somno.

§ 1.º Para o effeito designado neste artigo não poderão os referidos individuos recusar-se ao exame medico que a autoridade sanitaria tiver necessidade de fazer para verificar se estão atados de trypanosomiase.

§ 2.º O exame medico a que se refere o paragrapho anterior será feito quando e como a autoridade sanitaria julgar mais conveniente.

§ 3.º Conforme os resultados obtidos no exame medico dos individuos de que trata este artigo, poderá a autoridade sanitaria submittê-los a tratamento prophylactico ou recorrer ás medidas de sequestração ou outras que as circunstancias aconselhem.

Art. 5.º Em todas as propriedades agricolas da Ilha do Principe haverá as *équipes* que a autoridade sanitaria julgar